

PPR Mais Banco CTT

Condições Pré-Contratuais

Março 2023



Índice

1.	Garantias	3
2.	Dever de informação do Tomador do Seguro ou Pessoa Segura	3
3.	Prémios e modalidade de pagamento.....	3
4.	Fundos Autónomos Disponíveis.....	3
5.	Natureza e Regras para a Formação da Carteira de Investimento dos Ativos Representativos das Provisões Matemáticas de cada Fundo Autónomo.....	4
6.	Encargos.....	4
7.	Participação nos Resultados.....	4
8.	Consequências da falta de pagamento dos prémios e redução do contrato.....	5
9.	Beneficiários	5
10.	Condições de Reembolso	5
11.	Transferência	6
12.	Resgate Total do contrato	6
13.	Resgate Parcial do contrato	7
14.	Início e Duração do contrato e Livre Resolução	7
15.	Regime de transmissão do contrato	7
16.	Opções na liquidação das importâncias seguras.....	7
17.	Regime Fiscal.....	8
18.	Alteração de Residência.....	8
19.	Integração dos Riscos em Matéria de Sustentabilidade	8
20.	Regimes Legais de Comunicação e Troca obrigatória e Automática de Informação Financeira	8
21.	Sanções Económicas e Comerciais	9
22.	Reclamações e Arbitragem	9
23.	Regime Relativo à Lei Aplicável	10
24.	Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira.....	10

Condições Pré-Contratuais

A Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A., sociedade anónima, entidade legalmente autorizada a exercer a atividade seguradora no Ramo Vida, registada junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o número 1132, com sede em Portugal, na Rua Barata Salgueiro, 41 – 1269-058 Lisboa, comercializa a solução **PPR Mais Banco CTT**, uma solução de seguro de vida individual, ligado a fundos de investimento (unit-linked), que cumpre os requisitos específicos dos produtos classificados como PPR (Plano Poupança Reforma), cujas características se apresentam nas seguintes Condições Pré-Contratuais:

1. Garantias

A solução **PPR Mais Banco CTT** garante:

- a) Em caso de Vida da Pessoa Segura no final do contrato, o pagamento do Valor de Referência no termo do contrato;
- b) Em caso de Morte da Pessoa Segura antes do final do contrato, o pagamento do Valor de Referência calculado à data do falecimento, se esta for comunicada até 30 dias após a sua ocorrência, caso contrário, o Valor de Referência será calculado utilizando a cotação da unidade de participação no 2º dia útil após a data de participação do falecimento.

2. Dever de informação do Tomador do Seguro ou Pessoa Segura

O Tomador do Seguro e/ou a Pessoa Segura estão obrigados, sempre que solicitado, antes da celebração do contrato, de qualquer alteração ou entrega, a cumprir o dever de identificação dos intervenientes no contrato e a prestar todas as informações necessárias à completa avaliação da operação em causa.

3. Prémios e modalidade de pagamento

O prémio é definido pelo Tomador do Seguro e devido antecipadamente, por uma só vez, no valor mínimo de 250,00€, ou de forma regular com periodicidade mensal, no valor mínimo de 50,00€.

Além do prémio contratado, são permitidos durante a vigência do contrato, mediante acordo com a Zurich, prémios suplementares, no valor mínimo de 250,00€.

A aceitação de qualquer prémio regular, único ou suplementar, fica sujeita à análise e decisão por parte da Zurich, a quem se reserva o direito de não aceitar o prémio proposto, sendo nessa situação informado o Tomador do Seguro.

O pagamento dos prémios contratados ou dos prémios suplementares será feito pelo Tomador do Seguro através de débito direto pelo sistema SEPA.

4. Fundos Autónomos Disponíveis

O investimento dos prémios será realizado num só fundo, de acordo com o perfil de risco do investidor definido pelo respetivo “Teste de Apreciação sobre o Carater Apropriado do Produto ao Cliente”.

O Tomador do Seguro tem à sua disposição o fundo autónomo “**PPR Mais Banco CTT Conservador**”, que assenta no regime jurídico dos PPR atualmente em vigor.

5. Natureza e Regras para a Formação da Carteira de Investimento dos Ativos Representativos das Provisões Matemáticas de cada Fundo Autónomo

”**PPR Mais Banco CTT Conservador**” – este fundo assenta no regime jurídico dos PPR atualmente em vigor, investindo em classes de ativos com as seguintes características:

- Fundos de Ações com um máximo de exposição de 60%;
- Fundos de Obrigações com um máximo de exposição de 50%;
- Fundo Monetários com um máximo de exposição de 50%;
- Fundos Imobiliários com um máximo de exposição de 20%;
- Fundos Alternativos (fundos de arbitragem, fundos de convertíveis, fundos de commodities, fundos de volatilidade, fundos de ações e obrigações long & short) com um máximo de exposição de 20%;
- Depósitos à Ordem com um máximo de 20%.

Para garantir a flexibilidade, diversificação do risco e transparência, para fundos que investem em estratégias diversificadas presentes em mercados organizados, o portefólio apenas utilizará Unidades de Participação de Fundos de Investimentos que sejam harmonizados ou UCIT Compliance.

Na composição do Fundo serão sempre cumpridas as normas legais e regulamentares do regime jurídico dos PPR que, em cada momento, sejam aplicáveis.

A gestão da exposição ao risco dos diversos tipos de ativos é feita de uma forma dinâmica em função das condições de mercado e da evolução macroeconómica.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

O fundo “**PPR Mais Banco CTT Conservador**” destina-se a clientes com baixa aversão ao risco. No entanto com total capacidade para assumir o risco do investimento, isto é, com capacidade para assumir a perda de parte ou da totalidade do valor investido.

Este produto pode implicar a perda total do capital investido podendo proporcionar rendimento nulo ou negativo, não dispondo de garantia de capital nem garantia de rendimento.

Durante a vigência do contrato há a possibilidade de revisão do perfil do investidor.

6. Encargos

Serão suportados pelo Tomador do Seguro todos os encargos de natureza fiscal inerentes ao contrato e os demais custos legal ou contratualmente exigíveis indicados nas Condições Particulares.

Não existe encargo de subscrição.

Os encargos de gestão serão debitados diariamente ao fundo e corresponde a 1,2% ao ano sobre o valor do fundo.

Os custos associados à gestão da carteira de ativos, subjacentes a cada fundo autónomo, encontram-se indicados no Documento de Informação ao Cliente.

7. Participação nos Resultados

Esta solução não confere direito a Participação nos Resultados. O valor dos rendimentos está incorporado no valor da unidade de participação.

O Fundo Autónimo abrangido pelo contrato será constituído por ativos respeitando os valores máximos e mínimos nos termos da legislação em vigor a cada momento.

8. Consequências da falta de pagamento dos prémios e redução do contrato

Se o pagamento do primeiro prémio contratado não for efetuado na data de vencimento do respetivo recibo, a Zurich, após comunicação ao Tomador do Seguro, procederá à resolução do contrato ficando o mesmo anulado e sem efeito desde o seu início.

Se o pagamento de algum prémio suplementar não for efetuado até à data limite indicada para o efeito, o mesmo será anulado, não se refletindo na quantidade de Unidades de Participação os efeitos dessa entrega.

O não pagamento de um prémio regular mensal contratado implica a redução do contrato, não sendo esse prémio refletido na quantidade de unidades de participação. A apólice mantém-se em vigor com o número de unidades de participação adquiridas pelos prémios efetivamente pagos até à data da respetiva redução.

Posteriormente o Tomador do Seguro tem direito a solicitar, em qualquer momento, a reposição do pagamento dos prémios regulares inicialmente contratados. A reposição em vigor do pagamento dos prémios regulares deverá ser submetida à aprovação da Zurich-Companhia de Seguros Vida, S. A., a qual se reserva o direito de não aceitar.

9. Beneficiários

Os Beneficiários do contrato de seguro são nomeados pelo Tomador do Seguro sendo que nos contratos deste produto os Beneficiários serão:

- i) Em caso de vida, no termo do contrato, a Pessoa Segura;
- ii) Em caso morte durante a vigência do contrato os herdeiros legais, salvo indicação específica.

O Tomador do Seguro poderá alterar em qualquer momento os Beneficiários em caso de morte, desde que, com o acordo expresso da Pessoa Segura. Caso os Beneficiários não sejam os herdeiros legais, devem ser fornecidos os elementos que os identifiquem, designadamente o nome ou a designação completa, a morada e os números de identificação e fiscal.

Esta solução não contempla a irrevogabilidade do Beneficiário.

10. Condições de Reembolso

Nas situações a seguir indicadas o Beneficiário do Contrato pode, antes do termo do prazo previsto no Contrato, solicitar o Reembolso do Valor de Referência, com referência ao 2º dia útil após o pedido, que será posto à disposição num prazo não superior a oito dias úteis após a receção dos documentos necessários ao seu pagamento, decorrido o qual, caso a dilação do mesmo seja imputável à Zurich, o valor será aumentado, proporcionalmente ao período de mora em causa, com base na taxa legal em vigor.

Situações previstas na lei em que é possível solicitar o Reembolso:

- a) Reforma por velhice da Pessoa Segura;
- b) Desemprego de longa duração da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;

- c) Incapacidade permanente para o trabalho da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a sua causa;
- d) Doença grave da Pessoa Segura ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
- e) A partir dos 60 anos de idade da Pessoa Segura;
- f) Em caso de morte da Pessoa Segura;
- g) Em caso de morte do cônjuge da Pessoa Segura.
- h) Utilização para pagamento de prestações de crédito à aquisição de habitação própria e permanente, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor.
- i) Ou noutra situação prevista na lei que regula as situações de Reembolso dos produtos PPR que se encontre em vigor na data do pedido de Reembolso.

O Reembolso efetuado ao abrigo das alíneas a) e e) do número anterior só se pode verificar quanto a entregas relativamente às quais já tenham decorrido pelo menos cinco anos após as respetivas datas de aplicação pelo Tomador do Seguro. Decorrido esse prazo, a Pessoa Segura pode solicitar o Reembolso da totalidade do valor da Conta Poupança, se o montante das entregas efetuadas na primeira metade da vigência do contrato representar, pelo menos, 35% da totalidade das entregas.

Estas condições aplicam-se igualmente às situações de Reembolso previstas nas alíneas b) a d), nos casos em que o sujeito em cujas condições pessoais se funde o pedido de Reembolso se encontrasse, à data de cada entrega, numa dessas situações.

Para efeitos das alíneas a) e e), nos casos em que por força do regime de bens do casal, o contrato PPR seja um bem comum, releva a situação pessoal de qualquer um dos cônjuges.

Para efeitos da alínea g) e, por força do regime de bens do casal, o contrato PPR seja um bem comum, pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros o Reembolso da quota-parte respeitante ao falecido.

Fora das situações previstas anteriormente, o Reembolso pode ser exigido a qualquer tempo, nos termos contratualmente estabelecidos e com as consequências previstas nos números 4 e 5 do artigo 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

A liquidação das importâncias seguras aos Beneficiários designados será sempre efetuada sob a forma de cheque ou transferência bancária para conta titulada pelo Beneficiário, em entidade financeira presente no país ou jurisdição da sua residência fiscal ou no mesmo país ou jurisdição do Tomador do Seguro.

11. Transferência

O Tomador do Seguro ou a Pessoa Segura, nos casos em que o Tomador do Seguro seja uma pessoa coletiva, podem em qualquer momento solicitar a transferência parcial ou total do contrato para outra Seguradora ou para uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. O valor a transferir corresponde ao Valor de Referência na data do pedido de realização da transferência.

12. Resgate Total do contrato

Fora das Condições de Reembolso, o contrato adquire Valor de Resgate após a efetiva liquidação do primeiro prémio contratado.

A data de solicitação do resgate é considerada a data do segundo dia útil após a receção pela Zurich do respetivo pedido, sem prejuízo de qualquer outra data, posterior, que seja solicitada pelo Tomador do Seguro.

O Valor de Resgate é calculado com referência ao momento da sua solicitação e posto à disposição num prazo não superior a oito dias úteis após a receção dos documentos necessários ao seu pagamento, decorrido o qual, caso a dilação do mesmo seja imputável à Zurich, o capital será aumentado, proporcionalmente ao período de mora em causa, com base na taxa de juro de mora em vigor nessa data.

O Resgate Total produz a anulação do contrato de seguro ficando o mesmo sem efeito desde a data em que foi solicitado.

O Valor do Resgate Total será igual ao Valor de Referência no 2º dia útil após a data de solicitação do resgate, deduzido de uma taxa de 0,2% sobre o valor de resgate, se este ocorrer durante os primeiros seis meses de vigência do contrato. Não haverá lugar a qualquer penalização após este período.

13. Resgate Parcial do contrato

Fora das Condições de Reembolso, desde que o contrato tenha adquirido Valor de Resgate, a Zurich procederá, a pedido do Tomador do Seguro, a Resgates Parciais, até 90% do número das unidades detidas.

O Valor de Resgate Parcial é calculado com referência ao momento da sua solicitação e posto à disposição num prazo não superior a oito dias úteis após a receção dos documentos necessários ao seu pagamento, decorrido o qual, caso a dilação do mesmo seja imputável à Zurich, o capital será aumentado, proporcionalmente ao período de mora em causa, com base na taxa de juro de mora em vigor nessa data.

O Valor do Resgate Parcial será igual ao Valor de Referência no 2º dia útil após a data da solicitação, deduzido de uma taxa de 0,2% sobre o valor resgatado se este ocorrer durante os primeiros seis meses de vigência do contrato. Não haverá lugar a qualquer penalização após este período.

14. Início e Duração do contrato e Livre Resolução

O contrato tem início às zero horas do dia indicado para o efeito. A duração do contrato é até aos 60 anos de idade da Pessoa Segura, devendo ser no mínimo de 5 anos.

O Tomador do Seguro, desde que não seja uma pessoa coletiva, dispõe de um prazo de trinta dias, a contar da receção da Apólice, para, através de documento escrito, resolver o contrato sem invocar justa causa, ficando o contrato sem efeito desde o seu início e a Zurich com o direito de ser reembolsada dos custos de desinvestimento que tiver suportado, bem como do custo da apólice se for caso disso.

15. Regime de transmissão do contrato

O Tomador do Seguro, não sendo Pessoa Segura e cumprindo as formalidades definidas no contrato, pode transmitir a sua posição contratual a um terceiro, que assim fica na posse de todos os direitos e deveres que correspondiam àquele perante o segurador.

16. Opções na liquidação das importâncias seguras

Consoante a opção do Beneficiário do contrato, a Zurich poderá efetuar o pagamento das importâncias seguras pelas seguintes formas:

- a) Pagamento único;
- b) Aplicação das importâncias em qualquer produto comercializado pela Zurich à data da liquidação;
- c) Qualquer composição das modalidades anteriores

A liquidação das importâncias seguras aos Beneficiários designados será sempre efetuada sob a forma de cheque ou transferência bancária para conta titulada pelo Beneficiário, em entidade financeira presente no país ou jurisdição da sua residência fiscal ou no mesmo país ou jurisdição do Tomador do Seguro.

17. Regime Fiscal

O contrato de seguro ficará sujeito ao regime fiscal previsto na lei, não recaindo sobre a Zurich qualquer ónus, encargo ou responsabilidade em consequência de alteração legislativa.

18. Alteração de Residência

Caso o Tomador do Seguro e/ou a Pessoa Segura, durante a vigência da apólice, mude a sua residência para outro país ou altere a informação anteriormente prestada sobre os países onde é contribuinte fiscal, deverá notificar a Zurich de tal alteração com uma antecedência mínima de 60 dias antes da sua ocorrência. Caso a Zurich considere que a alteração de residência pode afetar a sua capacidade de manter em vigor as condições do contrato de seguro, a Zurich reserva-se ao direito de proceder às alterações que se julguem necessárias ou proceder à resolução do contrato de seguro com um pré-aviso de 30 dias.

19. Integração dos Riscos em Matéria de Sustentabilidade

Nos termos do Artigo 2.º, parágrafo 22 do Regulamento (UE) 2019/2088, risco de sustentabilidade define-se como qualquer evento ou condição ambiental, social ou de governação ("ASG") que, se ocorresse, poderia causar um impacto negativo material no valor de investimento de um produto financeiro.

Para mitigar uma eventual diminuição da rentabilidade dos investimentos que possa ocorrer em consequência de algum risco de sustentabilidade, a Zurich possui uma política de integração de riscos de sustentabilidade (disponível no site da Zurich Portugal em www.zurichportugal.com.pt) um sistema de governação e procedimentos para detetar, analisar e monitorizar os referidos riscos no processo de tomada de decisão de investimento.

A avaliação destes riscos consiste, por um lado, na análise quantitativa baseada, principalmente, na qualificação (rating) ASG e alertas reputacionais, e por outro lado, na análise qualitativa das ações necessárias à sua mitigação.

Como resultado desta avaliação, considera-se que os riscos de sustentabilidade não têm nenhum efeito material na rentabilidade dos investimentos.

Por fim, atendendo à sua dimensão, à natureza e escala das atividades que a Zurich realiza, a Zurich informa que não tem em conta os principais impactos negativos (PAI) das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade.

Para além do anteriormente exposto, os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, nem a aplicação de uma percentagem mínima em investimentos sustentáveis.

20. Regimes Legais de Comunicação e Troca obrigatória e Automática de Informação Financeira

O contrato encontrar-se-á sujeito aos regimes legais de comunicação e troca obrigatória e automática de informação financeira no âmbito de diversos mecanismos de cooperação internacional e de combate à evasão fiscal. Neste enquadramento, a Zurich encontra-se obrigada a desenvolver diligências para identificar a(s) residência(s) fiscal(ais) dos intervenientes no contrato, pessoas singulares ou coletivas, com

direito a aceder ao valor resultante do saldo do contrato, com poderes para alterar os Beneficiários do contrato ou com direito a receber qualquer outro pagamento nos termos do contrato.

A identificação dos intervenientes no contrato é efetuada aquando da contratação, através do preenchimento integral da proposta de seguro, e ao longo da vida do contrato. Sempre que solicitado pela Zurich, os intervenientes do contrato devem efetuar de forma precisa a declaração sobre a sua residência fiscal (autocertificação). Tais dados destinam-se a ser comunicados à(s) autoridade(s) fiscal(ais) competente(s) do(s) país(es) de residência fiscal do(s) titular(es) dos dados.

Consoante aplicável, a Zurich encontra-se obrigada a reportar dados de identificação dos intervenientes no contrato, bem como dados do contrato à Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Tomador do Seguro encontra-se obrigado a comunicar à Zurich quaisquer alterações relativas à identificação dos intervenientes no contrato, nomeadamente a aquisição do estatuto de contribuinte no estrangeiro. Neste caso, o Tomador do Seguro deve fornecer à Zurich todos os elementos que lhe sejam solicitados.

A Zurich pode, em qualquer momento, solicitar a atualização dos dados dos intervenientes no contrato, caso verifique a existência de informação que os relacione com um país estrangeiro, designadamente indícios de nacionalidade, naturalidade, morada, morada de correspondência, endereço de email ou número de telefone estrangeiros. Caso não sejam fornecidos os elementos solicitados no prazo de 90 dias a contar da data do pedido da Zurich, será o contrato tratado como sendo sujeito a comunicação.

Considerando que o presente regime legal e a respetiva interpretação não são estáticos, podendo ser alterados a qualquer momento, a Zurich reserva-se ao direito de solicitar documentação adicional ao Tomador do Seguro e/ou apresentar-lhe uma proposta de modificação do contrato com vista a conformar o mesmo com as alterações legais ou regulamentares, novas leis ou regulamentos ou a nova interpretação dada às mesmas.

21. Sanções Económicas e Comerciais

- 1.** Todas as transações financeiras estão sujeitas ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis às sanções económicas e comerciais em vigor no ordenamento jurídico português.
- 2.** A Zurich não presta qualquer serviço incluindo, mas não exclusivamente, a aceitação de pagamentos de prémios, pagamentos de sinistros e outros Reembolsos, se ao fazê-lo estivermos a violar alguma lei ou regulamento aplicável às sanções económicas e comerciais em vigor no ordenamento jurídico português.
- 3.** A Zurich reserva-se ao direito de resolver o presente contrato, se considerar que o Tomador do Seguro e/ou Pessoa Segura são consideradas pessoas sancionadas, ou caso o objeto se torne impossível de acordo com as leis e regulamentos aplicados às sanções económicas e comerciais em vigor no ordenamento jurídico português.

22. Reclamações e Arbitragem

Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços da Zurich – Companhia de Seguros Vida, S.A. assim como à ASF- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt).

Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da Lei.

O Centro de Resolução Alternativo de Litígios (RAL) especializado no setor Segurador é o CIMPAS - Centro de Informação, Mediação e Provedoria de Seguros (disponível em www.cimpas.pt).

Com exceção dos casos em que seja legalmente obrigatório, o recurso da Zurich – Companhia de Seguros Vida S.A. à arbitragem ou qualquer outro mecanismo alternativo de litígios de consumo será efetuado numa base casuística e em função das matérias envolvidas em cada litígio em concreto.

23. Regime Relativo à Lei Aplicável

A lei aplicável à solução **PPR Mais Banco CTT** é a Portuguesa.

Caso ocorram alterações legislativas e regulamentares que sejam aplicáveis ao presente contrato, considerando a Zurich que não é possível a manutenção da execução mesmo sem que tal cause efeitos adversos materiais, ainda que potenciais, a Zurich reserva-se ao direito de modificar as condições do contrato que se julguem necessárias ou a proceder à resolução do mesmo mediante pré-aviso.

24. Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira

O relatório sobre a Solvência e a situação financeira da Zurich será anualmente publicado na internet no sítio da Zurich Portugal.